João Cabeleira

A reflexão Patrimonial no contexto da formação em arquitectura

1.

O binómio Projecto-Investigação é tomado, na Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, como valor basilar à acção arquitectónica. Servindo simultaneamente à cogitação e proposição espacial, este incorpora as problemáticas relativas ao património, seja no que se refere ao edifício ou à amplitude da paisagem — que se considera, sempre, um artefacto, mais ou menos modelado —, seja do primitivo ao contemporâneo, ou do objecto histórico-artístico à construção anónima, a partir de onde se aborda a complexidade de escalas que integram o legado material que estrutura e caracteriza o quadro espacial humanizado.

Se esta concepção de património é ampla, é esta mesma que nos permite desvincular de um posicionamento estanque da matéria ou dos lugares e dos tempos para, sob os desígnios do acto de pensar e projectar arquitectura, nos orientar numa atitude operativa segundo princípios da intervenção continuada sobre os objectos e marcas que, consubstanciada por um olhar informado e sensível, estimule evidências do passado e active desenvolvimentos futuros.

Tendo em conta que a acção e relação com a matéria pré-existente é constante ao longo do curso da construção dos lugares, tanto na escala do edificado mas de modo ainda mais evidente na da paisagem, o recurso e (re)uso do material disponível é entendido, mais do que a partir da consciencialização e formulação do projecto sob teorias patrimoniais, como condição inerente ao acto de projectar, pressupondo um forte reconhecimento da cultura espacial a par de imperativos de ordem económica, temporal, política ou técnica, ainda que nem sempre evidentes ou reconhecidos através do desenho.

2.

Na sua globalidade os lugares colonizados pelo Homem constituem-se enquanto reflexo do material acumulado pela sociedade ao longo da sua história expressando fisicamente sistemas de produção, conhecimento e organização humana. Deste modo consideramos sob o termo património as estruturas sujeitas ao armazenamento e transmissão das virtualidades materiais e imateriais da civilização, assunção genérica que torna indispensável a capacidade crítica e avaliativa daqueles que têm o encargo de desenhar a intervenção. O mesmo termo reporta-se a diferentes escalas do artificioso 'melhoramento da natureza' que é a arquitectura, proporcionando uma reflexão das suas condicionantes e valias desde os modelos de construção, a configuração de organismos edificados e a forma da cidade e da paisagem / território. Pressupostos que reúnem uma multiplicidade de escalas, sejam estas relativas à extensão dos factos, sejam à sua vocação e capacidade de depósito e expressão civilizacional, reflectidos na estrutura, forma e carácter do quadro espacial humano.

À investigação / projecto e projecto como investigação é inerente a formação de um olhar que, regulado pela prática e pensamento

arquitectónico, pressupõe componentes de análise e observação do documento existente, seja esta por via arquivística ou relativa ao legado material a partir do qual se estimula a construção de uma leitura da acção humana impressa de forma sobreposta, na paisagem edificada. Sendo o destino o projecto, a capacidade de ler e reinterpretar o objecto de estudo, manipulando-o, o posicionamento que aqui se pretende expressar evidencia a libertação de uma lógica de reducionismo patrimonial, frequentemente circunscrito ao artefacto construído, explorando-se âmbitos sistémicos do edifício na cidade e na paisagem, articulando a complexidade de elementos que participam na conformação dos lugares.

A ideia perseguida, de amplificar a possibilidade operativa do património material, não se cinge à identificação de figuras reconhecidamente memoriais e simbólicas. É uma visão orientada sob lógicas de apropriação da matéria arquitectónica, encontrando-se os seus valores na acção concertada do tempo e sucessão de gerações que lhe atribuem — ou atribuíram — significados vários, muitas vezes entretanto diluídos. Inseridos numa linha temporal contínua, porém arrítmica, que expressa modelos de pensamento e consciência colectiva, estudam-se artefactos e contextos semânticos no seu ajustamento a realidades históricas e socioeconómicas.

Procura-se também uma leitura que extravasa a ideia de património enquanto suporte documental passivo para assumir a sua matéria como facto presente, transpondo-a em componente activo, factor dinâmico que simultaneamente incluiu ou recusou valores do passado e memórias, em opções que, compreendidas, lhe conferem profundidade e referência.

É com esta passagem que o património supera a condição de mero acumulador de história(s), para se abrir e despoletar processos de pensamento que fortalecem a dimensão identitária dos lugares em permanente redefinição. A par com a, também contínua, construção da memória colectiva, articulam-se matéria e construção dos espíritos.

É na distância a modelos de cristalização do documento construído e das estruturas de organização espacial, que se entende a validade patrimonial sob uma tripla conjugação de elementos: matéria, uso e reconhecimento. Embora a discussão sobre a intervenção patrimonial tenda a incidir na matéria, valorizando o suporte e a sua qualidade construtiva ou artística, uma abordagem mais lata do quadro espacial e suas capacidades na perpetuação da memória e valores latentes só é possível por meio do estabelecimento de relações entre os factos construídos e a apropriação contemporânea. Ao orientar-se o Projecto-Investigação sob estes pressupostos permite-se que o reconhecimento da herança colectiva ultrapasse o excessivo centramento em figuras memoriais e inclua usos, vivências e empatias dos lugares. A vida do património e respectiva capacidade reflexiva só é possível por meio da manipulação dialéctica entre representação física e sociedade, contribuindo o desenho arquitectónico para a sua construção mútua e continuada.

3.

Emergindo a ideia de uma metodologia de intervenção sobre factos patrimoniais, esta parece debater-se entre a assunção de constantes universais, relativas ao processo indagador e crítico que caracteriza o acto de projectar, e as exigências consequentes às singularidades de cada contexto, nas suas valências físicas ou humanas, assimilando fenómenos peculiares aí representados ou latentes.

Denotando a necessidade de um equilíbrio entre universalidade e casuística da acção de projecto, compatibilizamo-nos com a alegação de Solà-Morales (*Dal contrasto all'analogia*, 1985) face ao engano de uma doutrina de conhecimento e intervenção sobre os factos arquitectónicos. Sendo impossível definir a visão do projecto *a priori*, alicerçando-se sob padrões previamente estabelecidos e generalizantes ou abstracções conducentes a um entendimento dos factos por defeito, é necessário partir das exigências e particularidades inerentes ao objecto integrando a complexidade de conteúdos materiais e culturais determinantes ao seu valor e validade patrimonial. Renuncia-se assim tanto a uma facção romântica e conservadora, que institui os lugares como entidades imutáveis, conduzindo a efeitos de cristalização absoluta no tempo ou, no campo oposto, a afirmação categórica de um desenho, para se consolidar a reflexão sob uma visão mais progressista que viabiliza a transformação e adaptação da matéria num processo contínuo de sedimentação de qualificação do quadro espacial.

4.

Dos trabalhos seleccionados a integrar o arquivo digital da rede PHI, elaborados no âmbito do 2º ciclo de estudos da EAUM, procura-se expressar o entendimento atrás descrito. Trabalhos que variam entre a análise e intervenção sobre reconhecido objecto de valor histórico-artístico (cuja montagem de proposta implique a articulação de um programa complexo que tome em consideração as especificidades da peça e suas relações com a envolvente física e socioeconómica), ou a avaliação e operação à escala do território (onde se exploram vocações ambientais e paisagistas motivando a restituição de significados e usos do lugar).

Em *Intervir no construído: a reabilitação do Convento de Santa Rosa de Lima, em Guimarães* (da autoria de João Pedro Silva no âmbito do Atelier_1C, História e Ucronia, 4º ano) parte-se do diagnóstico do objecto, o qual se fundamenta na pesquisa arquivística e interpretação documental (reconstituindo a evolução histórico-construtiva do edifício) a par da sua avaliação material (sintetizada em tabelas de patologias e no registo estratigráfico das fachadas e compartimentos mais relevantes). Uma operação imprescindível no suporte ao projecto e sua definição programática (encontrando usos e justificações para uma operação de reabilitação que servissem de motor na reactivação urbana do velho edifício conventual e da sua cerca) como à hierarquização dos princípios orientadores da proposta de intervenção

(invocando valores construtivos e figurativos do objecto).

Entendendo o edifício como resultado de múltiplas vontades e tempos, a proposta de intervenção não se desejou vincular a um período histórico dominante, pretendendo-se antes que esta corroborasse a sua contínua evolução conceptual, formal e funcional. Simultaneamente, e retirando partido das transformações ocorridas na envolvente, considera-se o edifício e cerca associada a participar activamente no contexto urbano actual. Assim, acompanhando estas exigências, o projecto solicita a reflexão em torno das diferentes modalidades de intervenção no edificado (restauro, conservação, reabilitação e edificação nova) reconhecendo o conceito de *longue-durée* no desejo de construir futuros ossíveis em torno da reinterpretação física, funcional e simbólica do legado arquitectónico.

Por outro lado *"A rota e o ancoradouro como estratégia para a requalificação do Rio Lima"* (dissertação de mestrado elaborada por Clara Araújo no âmbito do Laboratório de Investigação), revela a reflexão sobre o modo de intervenção para a requalificação do Estuário do Rio Lima. Instigada pela impressão a partir da experiência do lugar, reconheceu-se a partir daí uma realidade de descontinuidades impermeáveis à passagem e, simultaneamente, uma realidade de abandono em diferentes estados, quer de estruturas terrestres e fluviais, quer de percursos, ou parcelas, nas margens do Rio Lima, reflexo de um processo de desvinculamento do indivíduo face ao seu meio. Incidindo sobre o estuário do Lima reconhecem-se os processos de consolidação da realidade em estudo a partir de documentação cartográfica e análise *in situ*. Daí se constata a existência de ancoradouros, docas e casas de apoio à actividade piscatória, a par de antigas salinas, lagoas e diversas ligações ao rio (desembarcadouros). Vestígios que, tendo assegurado a actividade passada da paisagem, conduziram ao reconhecimento de rotas (fé, vinho, feiras, mercadorias e pesca, existentes desde o séc. XIV), reclamadas como programa da intervenção, visam assim articular as Paisagens da margem, instigando o ancoradouro numa estratégia de consolidação e valorização.

A proposta visa requalificar o estuário, partindo da necessidade de restituir o sentido de lugar e incitar o contacto do sujeito com o meio. Recuperam-se pré-existências (a rota do vinho com ancoradouro fixo e unidade de prova de vinhos ou a rota dos pescadores com ancoradouro flexível e unidade de apoio) ao mesmo tempo que se potenciam outras (rota de recreio, com ancoradouro e piscina fluvial; rota de desporto náutico, com rampas de acesso e unidade de apoio; rota de estudo e observação da flora e avifauna local, com ancoradouros / miradouros, estruturas extensíveis para o interior das margens). Ao estabelecer rotas temáticas que ligam pontos comuns, Paisagens com características diferenciadas são aproximadas e a sua identidade é reforçada no todo. Assim, confere-se continuidade, coesão e unidade ao estuário reinterpretando o material existente mediante temas actuais.

5.

Reconhecendo que no campo patrimonial nos movimentamos em âmbito largo, numa trajectória que oscila entre o restauro integral e o 'abandono' do sítio às consequências do tempo, salvaguardar e valorizar o legado arquitectónico e ambiental — imbuído, sempre, de carga imaterial —, implicará, então, a procura de coerências outras que, solicitadas pela condição actual, re-signifiquem as particularidades notáveis dos espaços sobre que a intervenção arquitectónica procede.

Fundamentando o seu propósito de contemporaneidade em argumentos de ordem arquitectónica, simbólica e de uso, nesta perspectiva o desenho deverá, face à pré-existência e à sua linhagem histórica e circunstância cultural, sugerir novas aproximações, amplificar formas de conhecimento e apropriação, materializar, enfim, suportes favoráveis à expressão de uma sociedade progressivamente heterogénea que reclama o *direito à cidade*.

Se todo o monumento é traço do passado, consciente ou involuntariamente deixado, a sua leitura só será re-suscitadora de memórias se não se limitar à perspectiva gnosiológica e fria (típica da leitura patrimonial e museológica), e se for medida pela afectividade e pela partilha comunitária com outros.

Fernando Catroga, *Memória, História e Historiografia*, 2001